



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**I WORKSHOP DA LIGA ACADÊMICA DE ESTUDOS SOBRE A
CRIMINALIDADE**

PROCEEDINGS

VIÇOSA, MINAS GERAIS

31 DE AGOSTO E 01 DE SETEMBRO DE 2017

CAMPUS UNIVERSITÁRIO

VOLUME: 1

PRIMEIRA EDIÇÃO

RELAÇÃO ENTRE O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Daniela Araújo dos Anjos, Michelle Aparecida Vieira, Marco Aurélio Marques Ferreira, Fernanda Maria de Almeida.

RESUMO

A criminalidade constitui um problema econômico, pois prejudica o potencial de desenvolvimento das nações, regiões e cidades; social, na medida em que afeta as condições de vida de toda a população de uma região impactando a qualidade de vida dos cidadãos; e político, dada a necessidade dos entes públicos traçar planos e estratégias com o objetivo de prevenir e combater o crime. A criminalidade é um tema complexo e por isso é um dos principais problemas a serem enfrentados pelo governo e sociedade, no entanto prover segurança pública exige dos entes governamentais a elaboração de políticas públicas que tenham como foco não somente a criminalidade, mas também os aspectos multidimensionais a ela relacionados, tais como as condições sociais, econômicas, demográficas bem como as especificidades regionais e locais. Sendo assim, considerar as particularidades de cada município torna-se fundamental, pois dada a heterogeneidade existente no Brasil, é possível encontrar dentro de um mesmo Estado grandes discrepâncias socioeconômicas. Diante da relevância do contexto social, econômico, demográfico de cada município esse estudo objetivou verificar se o nível de criminalidade contra a pessoa se relaciona ao contexto socioeconômico e demográfico dos municípios mineiros, considerando 662 municípios no ano de 2013. Para tanto, foram realizados os procedimentos de Análise de Cluster, no agrupamento; e o Teste de Kruskal-Wallis na validação das diferenças. A partir dos resultados, foi possível identificar quatro agrupamentos. O cluster 1 contemplou 125 municípios distribuídos em várias mesorregiões com exceção da meso de Jequitinhonha. A maior parte dos municípios se concentrou no Cluster 2, que abrigou 362 municípios de todas as mesorregiões mineiras. O segundo maior agrupamento foi o Cluster 3, com 169 municípios, agrupados em diversas mesorregiões, exceto a Oeste de Minas, Central Mineira e Campo das Vertentes. Por fim, o cluster 4 é caracterizado por abrigar o menor número de municípios, 6 no total (Betim, Contagem e Ribeirão das Neves, Montes

Claros, Juiz de Fora e Governador Valadares). Os resultados apontam que os aspectos sociais relativos à educação e saúde; econômicos, mensurados por meio da empregabilidade e renda, bem como a *proxy* de pobreza; e aspectos demográficos, mensurados por meio do tamanho populacional do município; se manifestam de modo distinto entre os municípios. Além disso, observou-se que a incidência de crimes contra a pessoa também ocorre de modo heterogêneo. Diante do exposto, conclui-se que há diferentes estruturas sociodemográficas e criminais no Estado e que o nível de criminalidade dos municípios de Minas Gerais está associado ao contexto sociodemográfico existente. Assim, percebe-se que há disparidades sociais, econômicas e demográficas nas diferentes estruturas existentes no estado de Minas Gerais que também se traduzem em diferentes níveis de incidência da criminalidade contra a pessoa, cenário que implica na necessidade dos entes públicos adotarem estratégias que considerem as especificidades e as demandas dos municípios para facilitar, dentre outras questões, a instituição de políticas públicas mais condizentes com a necessidade e realidade de cada município.

Palavras chave: Criminalidade. Características Municipais. Clusters.

**ANTITERRORISMO, DEFESA OU ATAQUE? OS PROBLEMAS
EPISTEMOLÓGICOS DA DEFINIÇÃO DO TERRORISMO E O RISCO AS
LIBERDADES INDIVIDUAIS.**

Carlos Tiago Jorge de Azevedo

RESUMO

O trabalho trata da adoção das medidas antiterroristas no cenário internacional, após o 11/09, com base em definições elaboradas à margem de rigorosas análises metodológicas e conceituais que levaram as grandes potências militares e econômicas e entrarem em “Guerra contra o Terror”. Deu-se como consequência, a construção de um inimigo em comum, a concepção de um estereótipo terrorista, a criminalização da violência emancipatória, e a legitimidade dos Estados à violabilidade de direitos individuais sob a tutela do discurso do medo. Buscou-se em fontes primárias com o tratamento de conceitos como soberania, liberdades individuais, direitos humanos, paz e emancipação, no que se refere a legislação antiterrorista, realizar de forma transversal e discutir com teóricos sobre os ganhos e as perdas destes princípios em decorrência das medidas protegidas por esta legislação. A produção maciça de consenso quanto a supremacia da segurança sobre a liberdade, impõe a muitos observar qual o caminho que está sendo tomado a fim de que possamos assegurar que este controle não está sendo usado contra os próprios indivíduos. Diminuir ou mesmo retirar das mãos dos indivíduos ou grupos o direito de se atentarem contra o sistema, pode ser o mesmo que estabelecer o fim das mudanças políticas ao longo da história como conhecemos. A busca sistemática de explicações racionalizadas, através da implantação da Lei antiterrorismo se apresenta cada vez mais inapropriada para compreender e analisar a necessidade, de as vezes, as ações políticas e emancipadoras se valerem de condutas ilegais dentro das democracias liberais. O problema é que com uma maior abrangência do conceito de terrorismo, retira-se da ação política ilegal o seu caráter mais contundente, o de se por contra as regras quando estas oferecem riscos e marginalizam parte da sociedade, assim temos que encarar que nem todas as ações políticas ilegais são sinônimas de terrorismo. Esta imposição da luta contra o terror é gerida pelo próprio terror, são compactuadas pelo princípio do medo e não da solução de um problema que extrapola o terror dos atos. É, literalmente, terror contra terror, sendo que um terror é legitimado e interpretado como segurança. Quando se observa mais de perto, vemos que

as medidas antiterrorismo retiram mais as liberdades individuais do que os protegem, coagindo toda uma lógica secular de alcance das liberdades em detrimento de um discurso mais político preventivo do que securitário.

Palavras chave: Terrorismo, segurança, política, antiterrorismo, violência.

INFLUÊNCIA DAS ARMAS DE FOGO NA INCIDÊNCIA DOS HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS

Daniela Araújo dos Anjos, Michelle Aparecida Vieira, Fernanda Maria de Almeida,
Marco Aurélio Marques Ferreira

RESUMO

O crescimento populacional, a maior concentração urbana e a reconfiguração das relações sociais, resultaram em pequenos e positivos avanços para a qualidade de vida no Brasil. Entretanto, trouxeram consigo uma série de efeitos indesejados e externalidades negativas que se configuram como um constante desafio para a administração pública frente às distintas necessidades da sociedade, que demanda dos entes governamentais serviços públicos de qualidade em áreas multidimensionais tais como saúde, educação, segurança pública. Diante desse contexto, o estudo em questão objetivou identificar se a posse de armas de fogo contribui para incidência da taxa de homicídios nos municípios de Minas Gerais nos anos de 2011, 2012 e 2013, esse estudo utilizou um modelo de regressão com dados em painel dinâmico. Como base teórica, a pesquisa fez um levantamento bibliográfico de estudos que verificaram a relação entre homicídios e armas de fogo, tanto no Brasil, quanto no contexto internacional, no intuito de compreender melhor essa relação. Além disso, uma subseção foi desenvolvida na tentativa de descrever quais são os potenciais condicionantes do crime e suas interações com a taxa de homicídios, o que serviu de respaldo para os resultados alcançados. Para alcançar os objetivos traçados, a pesquisa se valeu de uma proposta metodológica quantitativa, cujo método de análise a Regressão com dados em Painel Dinâmico, método adequado ao estudo por permitir captar o caráter dinâmico e a endogeneidade existente entre as variáveis utilizadas no estudo. Os resultados sugerem que as armas de fogo, bem como características municipais ligadas a aspectos econômicos, infraestruturais e demográficos geram efeitos na incidência dos homicídios nos municípios mineiros. Tal evidência sugere a necessidade dos entes federativos implementarem políticas públicas que garantam investimentos efetivos nas áreas de segurança, assistência social e esporte e lazer, em favor de ações de cunho repressivo e preventivo. Especialmente no que tange as armas de fogo, os resultados reforçam a necessidade de a gestão pública adotar medidas mais rígidas quanto a posse e o porte de armas, dado que esta pesquisa confirma a relação causal entre o uso de armas de fogo e

incidência de homicídios, além de que atualmente no estado de Minas Gerais mais de 70% dos homicídios são consumados com o uso deste instrumento. Portanto, conclui-se que para conter as taxas de homicídios incidentes nos municípios que compõem o estado de Minas Gerais, é primordial a atuação conjunta entre governo e sociedade na adoção de estratégias multidimensionais de segurança pública, especialmente no que tange as armas de fogo e aspectos econômicos infraestruturais e demográficos, para que de fato possa garantir ao direito à segurança.

Palavras-Chave: Homicídios, Segurança Pública, Administração Pública.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

TÚLIO HENRIQUE CARNEIRO BARBOSA

RESUMO

Diante do crescimento do fenômeno da violência Escolar em todo o Brasil, reconhece-se a necessidade de estudos que colaborem para elaboração de políticas públicas mais assertivas nas discussões de violência nas escolas. Almejando-se assim, através do reconhecimento das formas de organização da violência e incivildades, ações que tornem nossas escolas ambientes mais seguras para toda a comunidade escolar.

No Distrito Federal, a Secretaria de Segurança Pública do em parceria com a Secretaria de Educação do DF, vem trabalhando no aperfeiçoamento do “Sistema de Monitoramento da Violência das instituições de ensino pública do DF”. Gerenciando informações de registros formais realizados nas instituições policiais, e também registros informais, que são levantados através de formulários online direcionado para todos os gestores da rede pública.

Trata-se de um acompanhamento semestral de informações das instituições de ensino, levando em consideração os semestres no tempo escolar e subsidiando novas informações para o planejamento de ações operacionais e de intervenções do Batalhão de Polícia Escolar e projetos ligados ao Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PM/DF. Além de subsidiar a discussão de ações de intervenção a serem desenvolvidas pela Secretaria de Educação e discussão de ações de prevenção a serem realizadas por órgãos como Secretaria de Segurança, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS e iniciativas públicas que lidam diretamente com a temática.

Em sua terceira edição, realizada no último semestre de 2016, os resultados apontam para uma redução do número de ocorrências registradas pelas instituições nos órgãos legais. Ocorrendo em contrapartida um aumento do registro de incivildades nos boletins online. Evidenciando o flagrante de armas de fogo em 40% das instituições ao menos uma vez durante o semestre

e ocorrendo casos de roubo e ou furto de bens da instituição em 53,3% das instituições. Identificou-se também uma grande judicialização dos procedimentos disciplinares das escolas do DF, onde o acionamento dos órgãos de segurança é algo corriqueiro principalmente em situações tais como porte e consumo de drogas, presença de armas e ocorrências de pequenos roubos. Contudo, nestes mesmos casos, a um baixo percentual de ações disciplinares internas e acionamento dos pais ou responsáveis na resolução dos conflitos e alto número de transferências de alunos entre escolar. Evidenciando-se assim a baixa articulação das escolas com os órgãos da rede de proteção, o distanciamento das famílias com a escola e a falta de projetos consistentes que lidem com a prevenção e acompanhamento dos jovens que apresentam comportamentos “desviantes”.

O Sistema de Monitoramento, seguindo uma classificação das situações de violência e incivildades escolares segundo definições apresentadas por Abramovay (2003) e Priotto (2009), facilita uma melhor visualização das situações que ocorrem no interior das instituições de ensino. E apresenta-se como uma inovação por aproximar as secretarias de governo, não apenas as supracitadas, além de fomentar o debate contínuo relativo ao aperfeiçoamento das políticas de segurança nas escolas e proximidades.

Palavras chave: ESCOLAS; OCORRÊNCIAS; MONITORAMENTO

AVALIAÇÃO DE FATORES PREVENTIVOS À PRÁTICAS SOCIALMENTE DESVIANTES.

TÚLIO HENRIQUE CARNEIRO BARBOSA

RESUMO

Nas últimas três décadas, as estatísticas oficiais de Segurança Pública apontam um crescimento contínuo e acentuado da violência e criminalidade no Brasil, conjuntamente a um processo de interiorização da criminalidade. Podendo-se observar, principalmente nos últimos 10 anos em cidades de pequeno e médio porte, que até então eram tidas como pacatas, o aumento das ocorrências criminais, principalmente roubos e homicídios e também o aumento da presença de drogas ilícitas (BEATO 2013)

Na tentativa de barrar o avanço da criminalidade, inúmeras iniciativas são desenvolvidas em termos de política nacional de segurança, porém, apesar de algumas apresentarem resultados positivos segundo a lógica proposta, a maior parte falha ao adotar ações de caráter puramente reativos como investimento bélico e força tática. Desta forma, tais abordagens deixam de lado as causas primárias que levam à prática do ato desviante.

No intuito de contribuir com o desenvolvimento dos estudos sociológicos de abordagem das causas primárias e no desenvolvimento das ações preventivas dentro das ações de segurança pública, propôs se no estudo em questão a discussão comparativa por aproximação entre a história de vida de jovens considerados “desviantes” e que estão em situação de reclusão, com a história aqueles “não desviantes” socialmente. Ambos no contexto da cidade de Viçosa-MG.

A pesquisa consistiu em um estudo comparativo das trajetórias de vida dos jovens, analisando possíveis fatores de predisposição e inibição para o desvio. Além de analisar a presença das drogas nessa trajetória e o modo como as substâncias são percebidas entre os grupos.

Os resultados do estudo apontam para o fato da delinquência ser produto da falência dos controles familiares e sociais informais exercidos pelas comunidades na infância e adolescência. Demonstrando que locais onde há baixa “coesão social positiva” entre residentes, apresentam maior dificuldade em regular o desenvolvimento social de seus jovens para práticas não desviantes. Sendo a maior heterogeneidade de valores morais o

que possibilita uma divergência sobre aquilo que é moralmente aceitável ou não aceitável no seio da comunidade, sobressaindo se assim os valores desviantes pelo prazer dos ganhos imediatos.

Neste sentido, i) a integração familiar, ii) a participação em grupos religiosos e iii) a integração em espaços coletivos que defendem valores e proporcionam oportunidades positivas e socialmente aceitas, apresentam-se como fatores marcantes trajetórias dos grupos não desviantes. Cabendo destaque a participação e incentivo a participação em projetos estatais na cidade de Viçosa-MG.

Ademais, observa-se em ambos os grupos a leitura das drogas não apenas em uma perspectiva negativa, mas sendo marcada por um discurso de controle do uso que é pautado pelas relações do meio social dos quais os indivíduos participam. Destacando-se no discurso dos “desviantes” como algo que esteve presente na trajetória do desvio, mas como elemento de integração com o “coleguismo”. Já para os “não desviantes”, o uso de substâncias é tido como algo não interessante, ou se interessante de uso recreativo e passageiro. Podendo-se observar em ambos a noção de controle, indo de encontro com as linhas de discussão aplicadas as políticas nacionais antidrogas.

Palavras chave: JUVENTUDE; DESVIO; PREVENÇÃO

O ENCARCERAMENTO FEMININO E A EDUCAÇÃO NA PRISÃO – UMA ANÁLISE DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Cristian Graciano dos Santos; Cássia Calais Silva; Rogéria Martins

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o sistema educacional em ambiente de privação de liberdade com foco no público de mulheres presas nas cidades de Viçosa e Ponte Nova, ambas em Minas Gerais. Nesse recorte são analisadas as condições de acesso e permanência dessas mulheres aos programas de ressocialização, principalmente os de caráter educacional, e os obstáculos culturais e ideológicos que reproduzem as desigualdades de gênero na vivência dessas detentas no sistema prisional feminino. A população de mulheres encarceradas nos últimos anos no Brasil cresceu a uma velocidade 2,5 vezes maior que a população de homens presos, segundo informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Esse aumento não foi proporcional à abertura de vagas em presídios construídos para atender as especificidades de mulheres apenadas. Essas tiveram que ser alocadas em estruturas de matriz androcêntrica, construídas, idealizadas e mantidas para atendimento de presos do sexo masculino. As especificidades no atendimento e ressocialização de mulheres são temas de debates e pesquisas propostas nas regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas privativas de liberdade para mulheres infratoras, as Regras de Bangkok. Nesse sentido, esse trabalho vem somar os esforços a uma corrente científica que busca entender para aprimorar o processo de ressocialização de mulheres preservando seus direitos humanos e observando suas especificidades enquanto gênero feminino. Sob o olhar sociológico é possível fazer apontamentos quanto a relação da mulher presa com a família, a separação de seus filhos, as condições de visitas íntimas, as condições em que ela se envolveu com o mundo do crime assim como técnicas aplicadas em sua ressocialização, a equidade de acesso a direitos adquiridos em referência ao aprisionamento masculino e o quanto a educação pode ser eficiente nesse processo. A metodologia utilizada nesse trabalho é composta por entrevistas semiestruturadas com as presas e atores diretamente ligados ao sistema prisional, observação participante do ambiente escolar prisional e análise de material bibliográfico e documental.

Palavras chave: educação, gênero, encarceramento feminino, ressocialização

O IMPACTO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO NA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS (2004-2014)

Julyara Fátima Oliveira Costa, Flávia Lúcia Chein Feres

RESUMO

A discussão acerca dos impactos da arma de fogo na criminalidade, na violência e o modo como o Estado lida com a questão, tem tido considerável aumento no Brasil recentemente. Neste sentido, o presente trabalho busca avaliar os efeitos do Estatuto do Desarmamento, na criminalidade em Minas Gerais. Para tal, empregou-se a metodologia de diferenças em diferenças, muito usada na avaliação de políticas públicas. Como *proxy* para a lei, utilizou-se a existência de postos de desarmamento, e para a criminalidade, índices produzidos pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Os resultados foram obtidos a partir da regressão com duas especificações: a primeira sem a inclusão de nenhuma variável de controle, e a segunda com o controle de habitantes por policial militar e número de policiais militares. A metodologia empregada permitiu encontrar o efeito da existência de postos de coletas de armas de fogo após o Estatuto nos municípios que o possuem. Além disso, os coeficientes estimados da interação da *dummies* de ano com a de presença de postos de desarmamento apontaram para intensidades diferenciadas do impacto da lei ao longo do tempo.

Palavras chave: Estatuto do desarmamento, homicídio, arma de fogo, diferenças em diferenças.

APRISIONAMENTO PARENTAL: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA E PUNIBILIDADE POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES FILHOS DE DETENTOS

Cláudia Gomes de Castro; Maria de Lourdes Mattos Barreto

Estudos tem sido direcionados para a formação do conhecimento acerca das implicações do aprisionamento parental na vida de crianças e adolescentes filhos de detentos. Diante das indagações já realizadas, identificamos uma lacuna importante e relacionada ao nosso contexto sócio-cultural: *qual a representação que crianças e adolescentes, filhos de detentos do presídio de Viçosa, possuem sobre família e punibilidade?* O objetivo central desta proposta de pesquisa é conhecer as representações que crianças e adolescentes, filhos de detentos do presídio de Viçosa, possuem sobre família e punibilidade, quando um ou ambos os pais estão aprisionados. A pesquisa se caracteriza como exploratória, de caráter social, e natureza qualitativa. Para coleta e análise de dados, utilizaremos o Método Clínico Piagetiano adaptado às pesquisas em ciências sociais aplicadas. A entrevista aberta é o instrumento primordial de coleta de dados deste método, podendo ser trabalhada em conjunto com recursos de áudio, vídeo e desenhos. Para a realização dessa pesquisa propomos trabalhar, como sujeitos primários, com crianças e adolescentes, filhos e filhas de homens e mulheres que estejam cumprindo pena no Presídio de Viçosa. Ensejamos entrevistar crianças e adolescentes de 7 a 18 anos que estiverem acessíveis no momento da coleta de dados e que se dispuserem a dar entrevista.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Adolescência, Família, Punibilidade e Aprisionamento.

O NOVO RURAL: PERSPECTIVAS E MUDANÇAS DE VIDA OCASIONADAS PELA VIOLÊNCIA NA ZONA DA MATA MINEIRA.

João Paulo L. Vieira, Marco Paulo Andrade, Sheila Maria Doula

O presente trabalho surge como resultado das discussões do grupo “Observatório da Juventude Rural” no ano de 2017. A proposta está centrada na investigação da criminalidade na zona rural de Viçosa - Minas Gerais e microrregiões. Para tal, objetiva-se traçar a evolução da criminalidade na zona rural, quais as diferenças entre os crimes rurais e urbanos e como os veículos de comunicação (o Jornal Folha da Mata e o site Viçosa Urgente), representam o crime. Em um momento inicial, estabelecendo um período cronológico de 2013 a 2017, realizou-se análise de conteúdo das notícias do site Viçosa Urgente. Os dados iniciais apontam uma curva crescente da criminalidade nas zonas rurais de Viçosa e microrregiões. Ressalta-se o baixo policiamento e facilidade de fuga como fatores que favorecem o aumento dos crimes ocorridos na zona rural. Em sua maioria são crimes praticados por indivíduos residentes de outras localidades. Os dados apontam o homicídio como o crime praticado com maior frequência, seguido respectivamente por roubo e por furto. A faca é a arma que aparece relatada com maior frequência durante a ação criminosa. Em relação à fuga, a motocicleta tem sido apontada como o veículo mais utilizado para este fim. Sobre os fatores que impulsionam e motivam o assassinato, tem-se como destaque os desentendimentos em bares e botecos e os desentendimentos entre vizinhos. No que se refere as práticas de roubo e furto, os dados apontam que estes crimes possuem como alvo principal idosos aposentados e propriedades que encontram-se sozinhas em determinados horários, sem a presença da família ou de um caseiro. Neste caso, o furto de gado, de ferramentas, de máquinas agrícolas e de fios de cobre são os alvos da ação criminosa. O crescimento destes crimes na zona rural nos últimos anos vem favorecendo o abandono da propriedade, tendo como consequência o esvaziamento de algumas localidades. A continuidade do projeto centra-se na ampliação do levantamento dos dados e da análise qualitativa dos mesmos. Para tal será realizada uma pesquisa documental do Jornal Folha da Mata e análise das estatísticas fornecidas pela 10ª Cia Polícia Militar Ind. de Viçosa bem como da Delegacia de Polícia Civil.

Palavras Chave: Violência; zona rural, criminalidade

MULHERES LIBERTAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: EX-ESCRAVAS E RELAÇÕES COM A JUSTIÇA NO PÓS-ABOLIÇÃO

Cleudiza Fernandes de Souza

RESUMO

O trabalho analisa a relação entre ex-escravas e Justiça, no período pós-abolicionista na cidade de Oliveira, Minas Gerais, no período de 1890 a 1893. Tendo como foco principal os processos criminais em que essas mulheres são retratadas como vítimas ou réus, a pesquisa aborda a ação da instituição judicial sobre essas mulheres – que contém entre suas especificidades o fato de serem recém-libertas do período escravista - bem como emergir nos documentos, compreendendo-se os trâmites sociais em que estavam envolvidas. Além disso, há o fato do final do século XIX ter sido um período fortemente marcado por tentativas intensas de reestruturação dos moldes da legislação penal e controle sobre a população, delineado por aparatos como a instauração do Código Penal de 1890 e a própria Constituição de 1891. Isso representou mudanças que extrapolaram os limites do público, incluindo medidas que iam ao âmbito privado das relações, interferindo diretamente na situação da mulher frente aos aparatos penais da época. Tendo demonstrar ainda como as recém-libertas estavam inseridas socialmente no contexto dos anos iniciais do primeiro decênio pós-emancipação, período esse cercado por transformações e continuidades estruturais, além das relações com criminalidade e violência em que estavam envolvidas. O trabalho, portanto, tem o intuito geral de abordar o período pós-abolição em Oliveira, que foi um dos maiores centros escravagistas de Minas, focando-se sobretudo nas ações das ex-escravas enquanto sujeitos comuns e suas introjeções e situação frente à Justiça.

Palavras chave: Libertas, Criminalidade, Justiça

O MEDO, O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E A SOCIABILIDADE VIOLENTA COMO CONTEÚDOS SUBJACENTES DA CONFIGURAÇÃO DO PARQUE SANTA ROSA / CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).

Ana Carla de Oliveira Pinheiro e Luciane Soares da Silva

RESUMO

Neste artigo se apresenta alguns apontamentos preliminares da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida há dois anos no Parque Santa Rosa, um bairro do subdistrito de Guarus, ambos localizados no município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes é uma cidade de médio porte da região norte do estado do Rio de Janeiro que se constitui como um polo regional do interior fluminense em virtude de sua extensão territorial, uma área de 4.027 km² (Anuário Estatístico de 2015), e densidade populacional, da ordem de 487,186 habitantes (IBGE, 2016).

Partindo do entendimento de que o medo e o sentimento de (in)segurança são balizadores das relações no Parque Santa Rosa buscou-se por meio deste estudo compreender como eles moldam a sociabilidade dos agentes em interação naquela localidade. O medo tem sido um dos sentimentos a permear as relações dos indivíduos na sociedade brasileira de um modo geral, decorrente da percepção do aumento da sensação de insegurança disseminada, sobretudo, pela mídia. Com efeito, ele também é um fenômeno presente no contexto de Santa Rosa. Lá as situações de expressão da violência são marcadas pela imprevisibilidade e aleatoriedade o que acarreta na constituição de um ambiente onde se observa um medo difuso e um vivo sentimento de insegurança (ROCHÉ, 1993) entre os seus moradores

Os objetivos específicos da pesquisa consistiram em compreender as estratégias adotadas pelos indivíduos para conviverem e se protegerem das violências existentes; e analisar como o fenômeno da violência influencia os hábitos e a sociabilidade dos seus moradores. Assim, para a realização deste estudo se optou por uma pesquisa de natureza qualitativa, inspirada nos referenciais teóricos da etnometodologia (GARFINKEL, 1967). Como técnicas se utilizou as diferentes modalidades de observação (flutuante, direta e participante; além da participação observante), pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, questionários, diário de campo e grupos de

discussão. Cada uma delas contribuindo de modo especialmente rico com a construção dos dados e precisão das análises.

De modo sucinto, pretendeu-se com este trabalho discutir as representações sociais produzidas sobre Santa Rosa bem como compreender como se moldam as sociabilidades e a vida comunitária numa localidade marcada pelas diferentes expressões da violência urbana, sobretudo, aquelas derivadas da ação dos grupos que disputam o tráfico de drogas de varejo.

Palavras chave: Parque Santa Rosa, violência, sociabilidades, sentimento de (in) segurança, medo.

CONDICIONANTES DOS HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS

Iara Gagno Caliman, Marco Aurélio Marques Ferreira, Daniela Araújo dos Anjos.

RESUMO

No Brasil, a violência tem se agravado dia após dia, afetando drasticamente a vida dos cidadãos pela imposição de fortes restrições econômicas e sociais, além de causar uma generalizada sensação de medo e insegurança. Diante deste cenário do aumento da criminalidade, os entes públicos necessitam adotar estratégias que contribuam para mitigar este problema. Todavia, para que a criminalidade seja reduzida é preciso que a segurança pública seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade permanente tanto do Estado quanto da população, pois somente com a percepção da real dimensão da violência, será possível enfrentá-la, de modo que a indignação popular seja transcendida e convertida em ações, que poderão contribuir para gerar políticas públicas de enfrentamento e prevenção da criminalidade. Nesse contexto, este trabalho buscou compreender quais são os potenciais fatores que condicionam os homicídios tomando como referência os municípios de Minas Gerais. O estudo tem como marco teórico pesquisas com relação à criminalidade e a segurança pública. Para analisar estes aspectos, foram levantados dados secundários relativos às questões sociais, econômicas, demográficas e repressivas nas bases de dados do IMRS e do DataSUS. Foram analisados 334 municípios de Minas Gerais para o ano de 2013. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Para determinar as variáveis que influenciam os homicídios dos municípios mineiros foram utilizadas a Análise Exploratória de Dados, a correlação de Pearson e a Regressão Linear Múltipla para verificar o efeito desses potenciais aspectos na incidência de homicídios. Os resultados demonstram que as variáveis estatisticamente significativas para explicar os homicídios nos municípios mineiros foram a renda per capita e a taxa de urbanização, seguida do Índice da Qualidade da Educação para o ensino fundamental, o acesso de alunos a laboratórios de informática e o número de policiais. Isso mostra que a melhoria da educação, o acesso dos alunos a laboratórios de informática de modo contínuo, orientado e supervisionado pelos professores, assim como, o incremento da renda contribuem para a mitigação dos homicídios em Minas Gerais. Enquanto isso, a urbanização desenfreada das cidades com pouco ou nenhum planejamento tem

favorecido a criminalidade. Diante do exposto conclui-se que, tanto as ações de combate quanto as de prevenção são efetivas na redução da criminalidade homicida em Minas Gerais. Assim, conhecer alguns dos condicionantes dos homicídios permite à gestão pública implementar ações que evitem a propagação da criminalidade, e investir em políticas públicas mais efetivas na mitigação deste tipo de crime. Por fim, destaca-se que há uma ampla agenda a ser explorada, diante do desafio dos entes públicos de garantir o direito a segurança pública condizente com os anseios da população e com os deveres do Estado.

Palavras-chave: Homicídios. Minas Gerais. Segurança Pública.

DETERMINANTES DO CRIME CONTRA A PESSOA NOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Daniela Araújo dos Anjos, Michelle Aparecida Vieira, Fernanda Maria de Almeida, Marco Aurélio Marques Ferreira.

RESUMO

É notória a preocupação da sociedade e dos governantes com as questões relacionadas à criminalidade em geral. Especificamente no Brasil, pela crescente sensação de insegurança e impunidade, pode-se dizer que a criminalidade é um dos principais desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelos gestores da administração pública, responsáveis por manter a ordem política, econômica e social do país por meio de estratégias de segurança pública. Entretanto, promover segurança e, conseqüentemente, reduzir a incidência criminal, são objetivos que não apresentam soluções imediatas, considerando que a criminalidade configura-se como uma problemática que demanda discussão, reflexão e ação conjunta dos entes federados, sociedade civil e outras organizações. Nesta perspectiva, percebe-se a complexidade envolvida em estudar as temáticas criminalidade e segurança pública, o que revela a necessidade de considerar aspectos multidimensionais para possibilitar a compreensão aprofundada desse fenômeno. Diante deste cenário, este estudo buscou identificar se condições socioeconômicas, demográficas e infraestruturais explicam a incidência de crimes contra a pessoa nos municípios mineiros. Para tanto, foi estimado um modelo de regressão com dados em painel dinâmico para os 853 municípios mineiros no período compreendido entre os anos de 2005 a 2013. Os resultados mostram que as variáveis número de famílias beneficiárias pelo Bolsa Família, gastos com saneamento, o indicador de educação, o indicador de saúde, a taxa de urbanização e o Produto Interno Bruto per capita influenciam a ocorrência dos crimes contra a pessoa para os município de Minas Gerais. As análises também permitiram confirmar que os gastos com segurança mostraram-se significativos para compreender sua relação junto aos crimes contra a pessoa, o que reforça o argumento de que o efeito dos gastos com segurança pública pode gerar redução na incidência criminal contra a pessoa em determinado município. Constatou-se, ainda, que os gastos com assistência social, gastos com esporte e lazer e a existência de unidade prisional não apresentaram influência no que

tange aos crimes contra a pessoa. Diante das evidências encontradas nessa pesquisa, reforça-se a ideia da criminalidade como um tema complexo e conclui-se que, as condições demográficas, sociais, econômicas e infraestruturais geram influência no nível de criminalidade contra a pessoa nos municípios de Minas Gerais, o que revela a necessidade de se estabelecer um melhor gerenciamento desses condicionantes por parte dos gestores de políticas públicas a fim de contribuir para a mitigação da criminalidade contra a pessoa. Dentre as limitações desse estudo, destaca-se a carência de dados e informações criminais que apresentem fielmente as taxas de incidência criminal contra a pessoa. Assim, com base nos resultados expostos, sugere-se que estudos posteriores contemplem em seu escopo a influência de questões como raça, gênero, estado civil, escolaridade e faixa etária na incidência criminal.

Palavras-chave: Administração Pública, Segurança Pública, Criminalidade.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO PARA O BRASIL

Fabiano Luiz Alves Barros; Felipe Clemente; Vitor de Siqueira Rodrigues; João Lucas de Pinho Carvalho; Julyana Covre

RESUMO

A corrupção não é um fenômeno atual. Vêm desde a antiguidade e teve seu conceito evoluído ao longo dos anos, muitos deles ligados à ética, política e econômica. A teoria econômica têm sido cada vez mais utilizada para entender a corrupção. Mais recentemente, a comunidade acadêmica têm se preocupado em entender como os agentes percebem a corrupção na sociedade, vinda do setor público, do setor privado e do próprio cotidiano. Desde 1995, a Transparency International é responsável pela elaboração anual do Índice de Percepção da Corrupção em, atualmente, 176 países. O Índice tenta mensurar a corrupção agregando dados de uma série de fontes que fornecem percepções dos agentes econômicos. O objetivo deste estudo é desenvolver um índice de percepção de corrupção para o Brasil, abrangendo todas as regiões. A construção do indicador pode possibilitar a análise e a interpretação das informações perceptivas dos indivíduos com maior facilidade, tornando-as compreensíveis aos usuários, especialmente à comunidade acadêmica e aos que atuam no controle da corrupção no Brasil. Para a elaboração do indicador, será aplicado um questionário on-line em âmbito nacional. O questionário foi estruturado de forma a contemplar a sequência das questões, os cuidados na elaboração, os níveis de mensuração, as classes de variáveis, a validade e a confiabilidade.

O IMPACTO DO GASTO COM ESPORTE NO COMBATE À CRIMINALIDADE E NO TRÁFICO DE DROGAS

Pedro Cunha; Fransuellen Santos; Peter Santos

RESUMO

A ideia do presente trabalho é investigar se a oferta de programas e locais que possibilitem a prática esportiva está negativamente correlacionada com a incidência de crimes e com o consumo de drogas nos municípios mineiros. Dessa maneira, o objetivo geral do trabalho é:

- Identificar a influência da oferta de esportes na taxa de criminalidade e no tráfico de drogas, assim como avaliar se existe uma diferenciação entre as regiões de Minas Gerais, para os anos de 2004 a 2014.

E os objetivos específicos são:

- Ordenar as regiões de acordo o grau de influência observado;
- Identificar as características dessas diferentes regiões;
- Diferenciar os efeitos sobre os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio;
- Identificar padrões que possam contribuir para a construção de políticas públicas mais eficientes;
- Propor políticas públicas para as diferentes regiões.

Como referencial teórico, utilizaremos a Teoria da Escolha Racional, fundamentada em Crime and punishment: an economic approach - Becker (1968) e a Teoria da Desorganização Social.

No intuito de verificar o impacto do gasto com esportes sobre a criminalidade no estado de Minas Gerais o modelo utilizado é o de dados em painel composto pelas cidades mineiras no período de 2004 a 2014. A escolha por tal método deve-se ao fato de que o mesmo permite controlar a heterogeneidade não observada nos diferentes municípios mineiros. De acordo com Santos e Kassouf (2007), a utilização desses procedimentos também possibilita realizar o controle parcial dos sub-registros de crimes, dado que se considere que a realização da denúncia seja função de variáveis

características de cada região, ou seja, é uma heterogeneidade não observada.

Serão estimadas quatro diferentes situações, com o intuito de se definir o impacto do esporte no crime violento contra a pessoa, no crime violento contra o patrimônio, no crime com menor potencial ofensivo e no volume do tráfico de drogas.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHER: UM ESTUDO DAS VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA MORADIA ESTUDANTIL DA UFV

Steffany Costa Jardim; Cícero Augusto Silveira Braga; Iana Lopes Bicalho

RESUMO

Sabe-se que por muito tempo as mulheres foram excluídas do âmbito público e das tomadas de decisões. Ainda hoje é notória uma visão de inferioridade feminina no mercado, observada a partir dúvida da capacidade profissional e intelectual das mulheres, condicionamento de profissões que sejam “específicas” de mulheres ou de homens, disparidades salariais, presença desproporcional de mulheres em cargos de alta hierarquia, poder de voz diferenciado pelo gênero e uma sub-representação, seja em empresas, Universidades, no Congresso¹ ou outro meio social. Na Universidade Federal de Viçosa, existem 21.375 estudantes matriculados, e as mulheres ocupam 218 de cargos de chefia; quanto ao corpo docente e técnico, as mulheres representam 33% (DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, 2017). Em 2012 a Universidade atendia 1782 estudantes com auxílios nas modalidades "bolsas" e "serviços", sendo que 1389 eram contemplados com serviço de moradia².

Neste sentido, o trabalho utiliza de questionários a serem aplicados à estudantes residentes na moradia estudantil da UFV para captar como se dá este efeito na instituição. Para isso, serão discutidas questões relativas à disparidade de condições, oportunidades, expectativas e atuação de homens e mulheres na Universidade, percepção dos mesmos sobre as estruturas da sociedade, mecanismos institucionais de combate à violência contra a mulher, o auxílio da Universidade nessa luta e o papel da mesma na promoção da igualdade de gênero. Serão aplicados questionários aos moradores da moradia estudantil. Valer-se-á desta estratégia para captar a percepção explicitada a partir de um grupo social e economicamente mais homogêneo, facilitando a abordagem e aplicação.

² Do total de estudantes contemplados pelos programas assistenciais, 51% eram do sexo feminino, 49% do masculino, a maioria estava na faixa etária dos 18 aos 24 anos (62%), 78% haviam cursado o Ensino Médio em escolas públicas e 10% em escola particular com bolsa. (GIÚDICE, et. Al, 2013)
Estes dados comprovam a homogeneidade socioeconômica dos beneficiados.

O trabalho parte da hipótese de que apesar de estar cada vez mais difundida a discussão acerca do machismo e formas de combater o mesmo, a tendência é de que as pessoas consigam enxergá-lo de maneira mais clara, a partir de atitudes cotidianas, na sociedade e na Universidade; além disso, de que homens tendam a enxergar mais atitudes de terceiros e menos atreladas a eles mesmos. Como objetivo geral, pretende-se determinar através da percepção dos estudantes se as mulheres ainda se encontram em um espaço desigual dos homens, vindo a sofrer discriminações e como se dá a violência contra as mulheres. analisar as situações vivenciadas pelos universitários que permeiam o tema em discussão; indicar a partir das percepções, se ainda há reprodução da desigualdade, discriminação e violência que afetam as mulheres nos diversos meios sociais, inclusive no ambiente universitário.

A RELAÇÃO ENTRE O DESARMAMENTO E AS TAXAS DE CRIME NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gilson José Dutra, Lucas Adriano Silva, Pedro Rodrigues Oliveira

RESUMO

Desde o trabalho seminal de Gary Becker (1967), diversos trabalhos sobre a criminalidade foram realizados segundo uma ótica econômica. No Brasil, a literatura acerca desse tema ainda é pequena, apesar de diversificada e composta por importantes trabalhos, como o de Dos Santos e Kassouf (2012). Dessa forma, tendo como parâmetro a literatura existente, o referente trabalho buscou fazer por meio da análise de séries temporais de crime, a identificação do tipo de impacto gerado pela implantação do Estatuto do Desarmamento, lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para o estado de São Paulo. Para isso determinou-se dois períodos de tempo, um de 1996 a 2003, período anterior ao Estatuto, e outro de 2004 a 2016, período de vigência do Estatuto. Nesses dois períodos, foi avaliado o comportamento dos crimes de latrocínio, lesão corporal seguida de morte e roubo de veículos, crimes coletados da base de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP). A abordagem utilizada sobre essas séries de crimes, foi a de Box e Tiao (1975), que permite por meio de uma análise de intervenção, verificar o impacto de um tipo de política pública conhecida, sobre o comportamento de uma série de tempo. A política pública é o Estatuto do Desarmamento e a série de tempo é representada pelas proxies utilizadas para a criminalidade. Assim, buscou-se entender os reais efeitos do Estatuto do Desarmamento, focalizados para uma determinada localidade do Brasil, como forma de enriquecer o debate sobre o Estatuto e de diversificar ainda mais a literatura econômica sobre o tema da criminalidade.

Palavras chave: Estatuto do Desarmamento, Série de tempo; São Paulo; Criminalidade.

EFEITO DO PROGRAMA BOLSA-TRABALHO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ana Cecília de Almeida; Bruna Maria Correa Vaz; Bruno Truzzi Rosa; Felipe Nathan Ferreira dos Santos; Gilson José Dutra

RESUMO

Com a derrocada do regime militar no Brasil e, sobretudo mediante a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, as políticas públicas, engendradas no contexto do sistema político brasileiro contemporâneo, evidenciam que a função das organizações políticas, com destaque para o Estado, tem-se organizado e modelado no sentido de corresponder à dinâmica social, impondo a necessidade de segurança dentro do programa de consolidação do processo civilizacional. Contudo, o advento desta onda universalizante, embora tenha avançado, em grande medida, quanto à proteção dos direitos humanos, não proporcionou iniciativas sólidas o bastante para garantir a disponibilidade de segurança para a totalidade da população; o que se verifica mediante a apreensão do quadro de desigualdades brasileiro, a este somado, a questão da violência homicida, transparecendo a intensidade com que se expandiram os homicídios em nosso país, em suma, a partir dos anos 1980. Com este trabalho pretende-se analisar o efeito do Programa Bolsa-Trabalho (PBT), implementado no município de São Paulo desde o ano de 2001, sobre a taxa de homicídios de jovens, em idade entre 15 e 29 anos. Para tanto, tomando-se a capital paulista como tratado, selecionam-se os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, para a construção do grupo de controle, sendo possível a estimação do impacto do PBT sobre a cidade de São Paulo mediante: i) será realizado o método de Propensity Score Matching (PSM) das unidades observadas e encontrar os municípios do estado de São Paulo que sejam estatisticamente semelhantes à capital do mesmo estado; e, ii) em seguida será aplicado o método de Diferenças em Diferenças (DD) para estimar o efeito do Programa Bolsa-Trabalho sobre o município tratado.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Políticas Públicas; Segurança; Educação; Violência; Homicídios; Avaliação.